



Comunicação oral: Eixo 5: Ensino Superior

INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR: O PEC-G COMO UMA POLÍTICA DE MOBILIDADE DE ESTUDANTES AFRICANOS

Paula Aparecida Diniz Gomides Castro Santos – UFMG/Belo Horizonte*
Maria do Socorro Alencar Nunes Macedo – UFSJ/São João Del Rei**

Resumo: Esse trabalho contempla parte da pesquisa de mestrado, que visou compreender trajetórias e estratégias de estudantes estrangeiros para lidarem com as práticas de leitura e escrita na UFSJ. Nossa pesquisa envolveu 14 participantes de nove nacionalidades e metade destes (sete estudantes) estavam vinculados por intermédio do PEC-G. Ao analisarmos os dados acerca do ingresso de estrangeiros no Brasil via PEC-G, constatamos ser esse o programa que mais insere estrangeiros nas IES brasileiras e realizamos uma análise documental, a fim de melhor compreender a política e discutir seus dados, e é esse o recorte apresentado aqui. O Programa, apesar de proporcionar mobilidade a países africanos, latino-americanos, caribenhos e asiáticos, vem contribuindo de forma mais ativa para a inserção de estudantes africanos desde 2000. Os capitais descritos por Bourdieu são essenciais para a titulação no Brasil e o fortalecimento das relações Sul-Sul depende da sensibilidade às questões pertinentes aos países envolvidos.

Palavras-chave: Letramentos Acadêmicos. Internacionalização. Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G).

Introdução

Este trabalho apresenta um recorte da pesquisa de mestrado por nós realizada (SANTOS, 2019), que visou compreender as estratégias e as trajetórias de estudantes estrangeiros no ensino superior brasileiro em uma universidade pública federal. A universidade escolhida foi a UFSJ (Universidade Federal de São João del Rei) que, apesar de estar ainda, como a maioria das instituições de ensino superior brasileiras, em um processo de internacionalização incipiente (CAPES, 2017), possuía, à época de nossas entrevistas¹, cerca de 28 estudantes estrangeiros de diferentes nacionalidades matriculados em programas de graduação e de pós-graduação.

Rapidamente, identificamos três tipos de estudantes, entendendo que o tipo de vínculo proporcionaria influência nas práticas de leitura e escrita exercidas na instituição e, conseqüentemente nas estratégias de letramento acadêmico desenvolvidas por esses

*Mestra em Educação pelo PPEDU-UFSJ e Discente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais – (UFMG – Belo Horizonte). E-mail: contatopaulagomides@gmail.com.

**Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São João del Rei – (PPEDU/UFSJ-São João del Rei). E-mail: socorronunesmacedoufsj@gmail.com.

¹As entrevistas ocorreram entre os meses de outubro e dezembro de 2017. Ressaltamos o período porque, como existem diferentes programas, o fluxo de estrangeiros na universidade não é constante. A instituição nos informou que naquele ano (2017), passaram pela instituição cerca de 45 estrangeiros.



estudantes, pelos professores e pela própria instituição: estudantes em mobilidade de grau (estudantes que se titularão em nosso país), mobilidade de crédito (estudantes vinculados às instituições de seus países que realizam apenas um determinado período de estudos em nosso país, geralmente seis meses ou um ano, e validam esses estudos em seus cursos e países de origem) e pesquisadores sem vínculo de estudos com a instituição (vinculados aos laboratórios da universidade, não são propriamente alunos, mas estagiários ou pesquisadores advindos de instituições estrangeiras).

As entrevistas ocorreram com 14 dos 28 estrangeiros vinculados no período e, destes 14 entrevistados, sete (50%) estavam vinculados à instituição por meio do PEC-G, fato que nos chamou a atenção, realçando a representatividade de estudantes advindos por esse meio. No decorrer da pesquisa, nas entrevistas, revisões bibliográficas e análise documental, percebemos a importância da política não apenas para a UFSJ, mas para os processos de internacionalização das universidades brasileiras de uma maneira geral. O programa seleciona, em média, 533 estrangeiros ao ano, em sua maioria, de origem africana. Em 20 anos, entre os anos 2000 e 2019², foram 10.670 estrangeiros advindos de países africanos, latino-americanos e caribenhos e asiáticos. Cabe destacar que deste montante 7.991 são de origem africana, constituindo 75% do total (dados: MRE, 2019).

O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) é um programa de mobilidade internacional regulamentado em 1965 que, por meio de parcerias entre o Brasil e países em desenvolvimento, promove o ensino em nível superior. Esse programa parte da necessidade de sistematização de práticas que visaram igualar as condições de estudos em um contexto no qual o número de estrangeiros em nosso país aumentou (MEC, 2000). Nas próximas seções, apresentamos o PEC-G, analisando alguns dados para compreendermos como a política tem se desenvolvido, no que tange a inserção de estudantes africanos nas IES brasileiras nos últimos 20 anos. Contextualizamos o programa em um cenário de internacionalização Sul-Sul e abordamos alguns fatores envolvidos na busca pela formação, em articulação com a teoria dos capitais de Pierre Bourdieu.

O PEC-G e a cooperação internacional acadêmica Brasil-África

O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) é um acordo de cooperação internacional do Ministério das Relações Exteriores firmado entre o governo brasileiro e países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos com foco no desenvolvimento socioeconômico. Apesar de ter iniciado nos idos de 1917, apenas passou a ser operacionalizado em 1965 por meio do protocolo que regulou seu funcionamento (BIZZON,

² O PEC-G está em vigor desde 1965, mas os dados até 1999 não foram sistematizados pelo Ministério das Relações Exteriores.



2013). Conforme determina o Decreto nº 7.948 de 12 de março de 2013, o PEC-G pretende a formação de estrangeiros no ensino superior brasileiro de forma gratuita, pautando-se em atividades desenvolvidas preferencialmente entre países em desenvolvimento, determinando o retorno do estrangeiro ao seu país de origem ao final do curso (BRASIL, 2013). É conhecido como o primeiro dos programas de cooperação internacional no ensino superior do qual o Brasil é signatário.

Cabral (2015, p. 74) afirma que entre os anos de 1965 a 1974, o programa ainda não desenvolvia a relação Sul-Sul conforme nota-se atualmente. Estudantes dos EUA e Portugal foram selecionados durante esse período e havia uma forte presença de estudantes latino americanos, mais especificamente: “bolivianos, paraguaios, peruanos, panamenses e uruguaios”. O autor afirma ainda que a vinda de africanos se efetivou a partir de 1977 com os caboverdianos, guineenses e nigerianos. A intensificação de africanos selecionados por esse programa se deu a partir da gestão de Lula que direcionou o foco da Política Externa Brasileira para as relações de cooperação entre o Brasil e países africanos (CABRAL, 2015).

O programa requer que o estudante possua idade entre 18 e 23 anos, apresente o certificado de conclusão do ensino médio e o resultado do exame Celpe-Bras, com o intuito de atestar a proficiência em língua portuguesa. Não é necessário que o estrangeiro preste exames vestibulares das instituições ou realize o Exame Nacional do Ensino Médio ENEM. O Celpe-Bras pode ser realizado no Brasil e alguns países. Geralmente os estudantes chegam ao Brasil um ano antes de se submeterem à seleção ao PEC-G para realizarem o curso de português para estrangeiros nas IES brasileiras e assim se prepararem aqui para o exame. Cabral (2015, p. 157) ressalta que muitos estudantes advindos de países não-lusófonos se preocupam com a possibilidade de não serem aprovados no exame e que, não raro durante esse curso, “algumas universidades lhes *“guetizam”* pelo fato de serem alunos temporários, dificultando o acesso a toda estrutura universitária”.

“O Celpe-Bras é o único certificado brasileiro de proficiência em português como língua estrangeira reconhecido oficialmente” (MEC/CELPE-BRAS, 2019) e consiste em uma prova anual que atesta a proficiência em cinco diferentes níveis: 0 a 1,99 (sem certificação), 2 a 2,75 (intermediário), 2,76 a 3,5 (intermediário superior), 3,51 a 4,25 (avançado) e 4,26 a 5 (avançado superior). O exame considera aptos para pleitear vagas os candidatos que obtiverem ao menos o nível 2, equivalente ao nível intermediário. O exame, aplicado pela primeira vez em 1998 surge para suprir a necessidade de certificação em língua portuguesa, além de contribuir para a definição de uma política linguística para o ensino de português como Língua Adicional (PLA) (BIZZON, 2013).

O modelo de avaliação disponível no site do MEC, aplicado em 2007 nos fornece uma noção acerca dos conhecimentos demandados. Na primeira questão, é solicitado ao aluno a escrita de uma mensagem eletrônica com base em uma reportagem em vídeo, a segunda questão requer um texto a ser fixado em um mural de avisos de uma cozinha, com base em uma reportagem em áudio. Na mesma esfera, a terceira questão solicita a escrita de uma carta com base na leitura de uma crônica, enquanto a quarta questão demanda a escrita de um “pequeno artigo” para publicação na revista ISTOÉ, com base em uma entrevista publicada nesta revista. “A NÃO APROVAÇÃO no exame encerrará o vínculo do aluno com o Programa, sem possibilidade de recurso, e implicará no retorno imediato ao país de origem” (MEC/CELPE-BRAS, 2019).

Com a leitura do trabalho de Cabral (2015) nos é possível compreender que em determinado período, houve uma mudança na política. Inicialmente, a vinda de estudantes africanos provenientes de países lusófonos não era condicionada a comprovação da proficiência. Contudo, o Decreto nº 7.948 (2013) já traz essa prerrogativa sem diferenciar estudantes de países lusófonos e não-lusófonos. Conforme aponta Bizzon (2013), a assessoria do PEC-G na instituição pesquisada por ela ressalta a importância do exame, uma vez que ter o português como língua oficial não significa que essa será também a língua materna. Em nossa pesquisa um estudante caboverdiano nos contou que em alguns países da África, o português é exercido exclusivamente em contextos oficiais e formais e negado em contextos familiares, nos quais, com frequência, há o envolvimento de mais de um idioma nas interações.

Essa negação do português em contextos familiares se deve ao fato de que o idioma é visto em alguns casos, como uma língua de prestígio, não dominada por todos. Então, caso seja utilizado em contextos não-formais, é possível que familiares e amigos considerem que o usuário pretende distinguir-se de alguma forma dos demais. Ao analisarmos o modelo de prova do Celpe-Bras descrito acima questionamo-nos sobre a eficiência da comprovação de proficiência no idioma, principalmente em um cenário em que cursos das áreas exatas são mais privilegiados pelos estudantes que os das áreas de humanas. Em nossa pesquisa, os sete estrangeiros que estavam vinculados pelo PEC-G cursavam engenharias e cursos na área médica (medicina ou bioquímica). Dentre os 28 estudantes estrangeiros vinculados na universidade, nenhum possuía vínculo a cursos ligados às humanidades. Será possível esperar que a pura proficiência no idioma garantisse sucesso no meio acadêmico? Macedo e Barroso (2010) mostraram que não.

Outra demanda do programa é que os selecionados declarem capacidade financeira para o custeio próprio no Brasil. Além disso, os estudantes deverão dedicar-se exclusivamente, sendo vedada a contratação para fins de trabalho formal. “Como podemos ver, mesmo existindo outros critérios para a seleção dos candidatos como, por exemplo, histórico escolar



do ensino médio, o poder econômico ainda é muito relevante na seleção dos candidatos ao programa” (CABRAL, 2015, p. 73). Porém, é possível que os estudantes participem de todos os editais e auxílios aos quais têm direito os alunos brasileiros como desconto no restaurante universitário, bolsa monitoria, participação em empresas júniores e iniciação científica, dentre outros. Encontramos africanos participantes de editais como esses. Tais atividades foram por eles consideradas como estratégias para a melhoria de seu desempenho acadêmico e linguístico (SANTOS, 2019).

Ainda sobre a questão financeira, em conversa com a assessoria internacional da UFSJ, constatamos que é comum que estudantes estrangeiros atestem capacidade financeira como um meio de vir para o país, porém, uma vez inseridos na universidade, solicitarem auxílios em título de urgência. Pensando em casos assim, em 2003 o governo brasileiro instituiu o Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISAES³) que consiste em um auxílio mensal de R\$ 622,00 aos estudantes que comprovarem situação de vulnerabilidade e obtiverem um bom desempenho acadêmico. Conforme aponta Cabral (2015), os estudantes provenientes de países africanos são os mais beneficiados constituindo 91% em 2010, de um total de 749 beneficiários.

De acordo com uma lista divulgada no portal do MEC, são 109 as instituições credenciadas ao PEC-G que estão organizadas conforme exposto abaixo:

Região Centro-Oeste: 10 instituições, sendo 5 federais, 3 estaduais e 2 particulares, distribuídas entre os Estados ou Unidade de Federação: Distrito Federal (2), Goiás (4), Mato Grosso do Sul (2) e Mato Grosso (2). Região Nordeste: 23 instituições, sendo 18 federais, 3 estaduais e 2 particulares, distribuídas entre os Estados: Alagoas (2), Bahia (5), Ceará (5), Maranhão (2), Paraíba (3), Pernambuco (3), Rio Grande do Norte (2), Sergipe (1) e Piauí (1). Região Norte: 8 instituições, sendo 7 federais e 1 particular, distribuídas entre os Estados: Amazonas (1), Pará (3), Roraima (1), Acre (1), Tocantins (1) e Amapá (1). Região Sudeste: 41 instituições, sendo 19 federais, 5 estaduais e 17 particulares, distribuídas entre os Estados: Espírito Santo (1) Minas Gerais (15), Rio de Janeiro (8) e São Paulo (17). Região Sul: 27 instituições, sendo 10 federais, 6 estaduais, 1 municipal e 10 particulares, distribuídas entre os Estados: Paraná (7), Rio Grande do Sul (13), Santa Catarina (7).

As universidades são incluídas na política por meio de adesão e destinação de vagas em seus cursos, essas vagas não integram os editais de seleção regulares. É possível perceber a presença de instituições públicas e privadas nas diferentes regiões de nosso país. No ato da inscrição no programa o candidato pode indicar duas áreas de interesse, mas não escolhe diretamente a IES na qual deseja estudar. A política parece orientar que os estudantes sejam

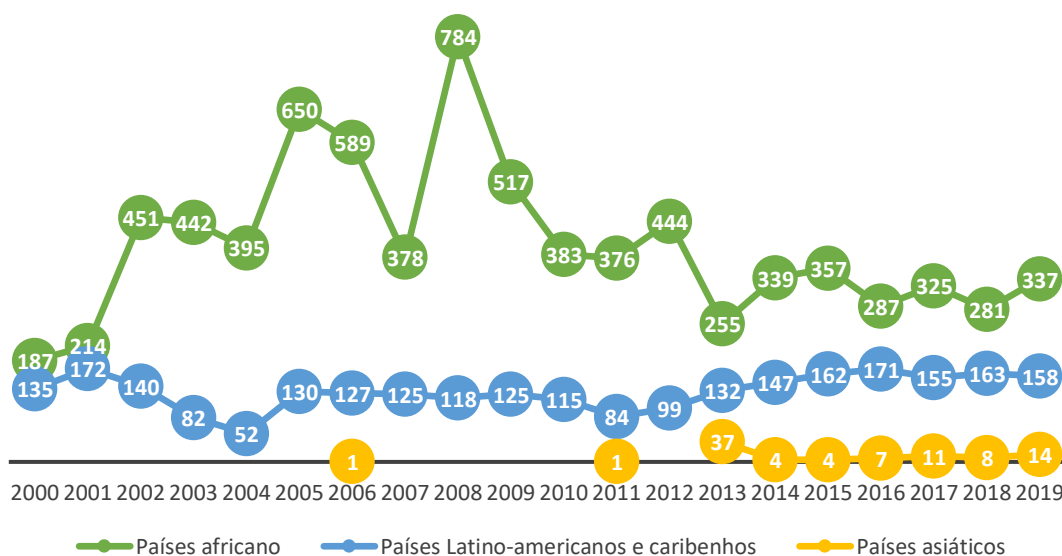
³ Existem ainda os auxílios denominados bolsa MRE e bolsa mérito.



alocados nas áreas às quais seus países mais necessitem de cuidados. É comum que os estudantes sejam matriculados em IES ou cidades brasileiras das quais nunca tenham ouvido falar, porém esse não é um empecilho. Contudo, uma vez em solo brasileiro ainda é possível que o estudante troque a área ou a instituição de ensino, desde que já tenha cumprido o primeiro ano do curso na IES na qual foi matriculado (BRASIL, 2013).

O gráfico abaixo trata da mais recente publicação quantitativa acerca da presença de estudantes estrangeiros em nosso país desde o ano 2000 até 2019, via PEC-G. Demonstramos no gráfico 01 o número de estudantes selecionados no programa por continente de origem (África, América Latina e Caribe e Ásia). É expressiva a diferença entre a linha referente aos selecionados advindos de países africanos e os outros, demonstrando a importância do PEC-G como um programa que viabiliza estudos em nível de graduação, principalmente para estudantes africanos.

Gráfico 01 - selecionados PEC-G por país entre os anos 2000 a 2019



Fonte: Elaborado pelas autoras (Ministério das Relações Exteriores, 2019)

Conforme dados do Ministério das Relações Exteriores (2019), existem atualmente 59 países compondo as estratégias de internacionalização propostas no PEC-G, dentre eles, 25 são países africanos, 25 países da América-Latina e Caribe e 9 são países asiáticos. Foram 10.670 selecionados entre os anos 2000 a 2019, sendo o continente africano responsável por 75% destes. Os cursos que mais ofertaram vagas são: Letras, Comunicação Social, Administração, Ciências Biológicas e Pedagogia. Contudo, pesquisas apontam (MACEDO; BARROSO, 2010; CABRAL, 2015; SANTOS, 2019) que os cursos mais cobiçados pelos estrangeiros pertencem a áreas como medicina e engenharias e as razões pelas quais eles

optam por esses cursos podem estar relacionadas a maiores demandas de mão de obra especializada em seus países e/ou possibilidade de aquisição de determinado status social.

Dentre os cinco países que mais enviaram estudantes ao Brasil nestes 20 anos estão Cabo Verde (3.169), Guiné-Bissau (1.416), Angola (753), República Democrática do Congo (552) e Benin (487). Esses representam 80% dos países africanos com participação no PEC-G. Destacamos ainda que, dentre os cinco países africanos que mais proporcionaram mobilidade via PEC-G, dois deles (República Democrática do Congo e Benin) possuem o Francês como idioma oficial e não o Português como os outros países que se destacaram (Cabo Verde, Guiné-Bissau e Angola).

Curiosamente, apesar de não ser objeto deste trabalho, quando levantamos as informações sobre os estudantes via PEC-PG (pós-graduação), essa presença de estudantes africanos é reduzida. Os dados do MRE evidenciam que entre 2000 e 2019 foram selecionados 2.060 (68%) estudantes provenientes de países da América Latina e Caribe, em sua maioria da Colômbia (724) e Peru (344). 870 foram os estudantes selecionados de países africanos, sendo 485 moçambicanos e 163 caboverdianos. Finalmente, apenas 97 estudantes asiáticos foram selecionados neste período. Para estudantes que tenham se titulado no Brasil, um dos requisitos para seleção pelo PEC-PG é a permanência no país de origem por um tempo não inferior a dois anos (MRE/PEC-PG, 2019). A seguir, relacionamos a política e o desejo por titulação à teoria dos capitais proposta por Pierre Bourdieu, refletindo sobre a presença ou não destes capitais nos diferentes processos, entre a vinda e a formação, pelos quais os estrangeiros vivenciam.

A formação superior e a busca por Capital Cultural

Nesta seção os conceitos de *habitus*, campo e capital (cultural, social econômico e simbólico) nos serão essenciais para levantarmos hipóteses acerca da motivação de estrangeiros para a realização de seus estudos no Brasil. Cabral (2015) afirma que uma das motivações para que estudantes de origem africana busquem por formação via convênio PEC-G é o desejo por aquisição de capital cultural, materializado em diplomas de nível universitário. Percebemos em nossas investigações que, para eles, essa é uma das poucas oportunidades para o alcance da formação em nível superior, vista como uma forma de emancipação por meio de aquisição e/ou aumento não somente de capital cultural, mas também de capital social, simbólico e consequentemente econômico (SANTOS, 2019).

Uma vez no campo acadêmico, os estudantes tendem a reproduzir determinado *habitus*, ou seja, disposições mais ou menos incorporadas de ser ou agir. “O bom jogador”, faz o que é necessário fazer, tende a agir estrategicamente, consciente das regras do jogo em prol da



ascensão ou manutenção de sua posição no campo (BOURDIEU, 2004, p. 81). Nossos participantes relataram dificuldades com os desafios que permeiam o campo acadêmico no qual estão inseridos, sendo o mais citado, a dificuldade linguística, mesmo para estudantes africanos de países lusófonos, aspecto também ressaltado por Macedo e Barroso (2010). Porém, as dificuldades são diminuídas ou sanadas com a adoção de estratégias de estudos que se concentram justamente no desejo de aquisição da titulação pretendida, o que passa pelo atendimento às expectativas da instituição.

“O sentido do jogo, nesse caso, é mais ou menos o sentido de honra” (*Ibidem*, p. 87). Para muitos, jogar satisfatoriamente é alcançar a titulação e retornar ao país de origem com aptidão suficiente para contribuir com as questões nacionais. Nesta acepção, estão envolvidos os conceitos de capital cultural, relacionado à capacidade de percepção e atendimento das práticas e demandas mais legitimadas pela cultura dominante, relacionando-se ao sucesso escolar, materializado nas universidades pelos diplomas que outorgam competência profissional; capital social que trata das relações sociais nas quais o indivíduo se envolve e que podem lhe gerar algum benefício, neste caso podem se destacar relações de amizade e cooperação com professores e colegas brasileiros ou estrangeiros; capital econômico, relacionado às posses materiais e capital simbólico, ligado ao reconhecimento, reputação ou prestígio adquirido em determinado campo social (BOURDIEU, 2007).

Além do anseio por titulação, uma vez que, para que a formação superior seja alcançada, esses estudantes se veem em meio a relações de poder e desejo por maiores posições de destaque ao regressarem, culminando na busca pelos capitais descritos acima. Algumas entrevistas por nós realizadas validam esse interesse no regresso para o auxílio de questões nacionais, porém como ocorre com um participante caboverdiano (SANTOS, 2019), o desejo de dar continuidade aos estudos é algo que pode ser adquirido ao longo da formação, o que, no caso deste estudante acabou por adiar seu retorno, em decorrência da aprovação em curso de Mestrado. Essa continuidade é favorecida, inclusive, por um programa semelhante ao PEC-G, mas com foco na Pós-Graduação, o PEC-PG.

Cabral (2015) ressalta que, apesar de o PEC-G ser uma importante política educacional oferecendo formação, em sua maioria a estudantes africanos, por outro lado, o termo de responsabilidade financeira exclui estrangeiros com baixo poder aquisitivo. “A família como primeira instituição de socialização dos indivíduos acaba sendo uma das grandes bases durante o período do ingresso e da trajetória destes jovens no ensino superior brasileiro, através da sua ajuda econômica e simbólica” (CABRAL, 2015, p. 166). Apesar do termo, muitos estrangeiros, conforme vimos na seção anterior, demandam auxílios às instituições após sua vinda ao Brasil e por essa razão, políticas de bolsas são oferecidas. Podemos compreender que “burlar” o termo de responsabilidade financeira é uma estratégia para que



a possibilidade de estudos possa ser alcançada, destinando um lugar secundário ao custeio, em face da possibilidade de se titular, isso pode ser melhor entendido com o extrato abaixo:

Constatou-se assim que existem três (3) tipos de estudantes que se candidatam ao programa:

- a) os estudantes provenientes de famílias de elite que podem pagar a renda exigida através do Termo de Responsabilidade Financeira;
- b) os estudantes de classe média ou alta que são auxiliados por governos dos países de origem, atribuindo uma bolsa de auxílio financeiro mensal;
- c) os estudantes que precisam burlar a lei, dado que não dispõem dos recursos necessários exigidos, procurando terceiros a fim de assinarem simbolicamente o documento, sem que precise enviar no futuro o valor declarado (CABRAL, 2015, pp. 21-22).

Esse custeio ao qual as “elites” se valem para manter os seus no Brasil, de acordo com Cabral correspondem em no mínimo a quatrocentos dólares (400 USD) ao mês e o responsável pela assinatura de seu Termo de Responsabilidade Financeira deve comprovar renda de ao menos 3 vezes maior. No entanto, o salário mínimo médio em países africanos não ultrapassa a marca de 150 USD⁴. Para se ter uma ideia, hoje (13/12/2019), um dólar americano corresponde a R\$ 4,11, em uma conversão simples, o maior salário mínimo (Cabo Verde), corresponderia a R\$ 616,50, valor inferior ao nosso atual salário mínimo de R\$ 998. É possível inferir então, que a bolsa atualmente paga pelo PROMISAES (R\$ 622) equivaleria a um valor superior ao salário mínimo de muitos países africanos dos quais os estudantes PEC-G são provenientes (aproximadamente 151 USD). Assim sendo, é passível de consideração a importância da bolsa para a permanência desses estudantes.

O capital social destes estudantes é acionado antes mesmo da chegada ao Brasil, no processo entre a tomada de consciência acerca da possibilidade de estudos e a vinda. Suas relações em seus países podem lhe possibilitar acesso aos profissionais nas embaixadas que possam fornecer as informações pertinentes, ou mesmo as conversas parentes e amigos que estudam ou já realizaram seus estudos aqui influenciam na decisão. Em nossa pesquisa e também em Cabral (2015), a fala dos estrangeiros ressalta o pouco acesso à informação sobre o país e sobre a universidade de destino, além da recepção na chegada ao Brasil que geralmente fica a cargo de colegas da mesma nacionalidade. Em muitos casos os estudantes são alertados sobre palavras que não devem ser usadas no contexto brasileiro por possuírem significados diferentes e, em geral conotações ruins (bixa = fila, propina = taxas comumente pagas, rapariga = moça nova) (SANTOS, 2019). Esse comportamento é transmitido aos novos estudantes, muitos deles ficam atentos às listas de pessoas que foram aprovadas nos exames posteriores para realizarem também esse “trabalho” de mediação e cooperação.

⁴ Alguns salários-mínimos em 2014: Angola: 124 USD; Guiné-Bissau: 60 USD; Cabo Verde: 157 USD; São Tomé e Príncipe: 53 USD; e Moçambique 100 USD (CABRAL, 2015, p. 21).



Apesar de parecerem reconhecer a importância do capital social, principalmente entre iguais, nem sempre as relações entre estudantes estrangeiros, mais especificamente os africanos, se limitam apenas a estrangeiros advindos do mesmo continente. Para os africanos da UFSJ, como existem poucos estudantes vinculados à universidade e eles estão em polos de diferentes cidades, esse contato é dificultado. Então, estudantes brasileiros são incluídos nas redes ou incluem os estudantes africanos. Macedo e Barroso (2010) destacaram que, em trabalhos acadêmicos, os africanos, inicialmente deveriam demonstrar sua capacidade na resolução dos trabalhos para, após serem incluídos nos grupos de brasileiros. Em nossa pesquisa não evidenciamos relações tensas, apesar de acreditarmos que elas existem, pautadas principalmente no racismo e xenofobia.

Cabral (2015) evidencia diversos casos envolvendo truculência policial, equiparação pejorativa desses estudantes a animais, comentários sobre suas capacidades intelectuais por professores e colegas, situações no qual lojistas ou taxistas decidem se aproveitar de sua condição de estrangeiro, considerando que eles possuem 'dinheiro para gastar' com taxas abusivas e trajetos desnecessários, dentre outras. Não raro, os brasileiros demonstram informações e opiniões erradas sobre os países africanos, como um caso que encontramos no qual uma colega acreditava que a África era um país e não um continente, situação no qual, a entrevistada por nós amigavelmente se empenhou no esclarecimento. Em geral, os estudantes africanos são muito solidários ao falar de seu país e de sua cultura para aqueles que não os conhece e eles o fazem com orgulho.

Em relação ao capital simbólico, compreendemos que ele está envolvido nas ações das universidades engajadas nas práticas de internacionalização, que adquirem prestígio e podem melhorar sua nota em rankings internacionais e, por consequência, está envolvido também nas concepções dos próprios estudantes. Conforme apontamos acima, a escolha da instituição ou Estado não é possível. Muitos estudantes chegam ao Brasil sem conhecerem a cidade na qual vão estudar e com pouco conhecimento sobre IES que não sejam tão conhecidas como USP e UFMG por exemplo. Mas, muitos fatores contribuem para que o capital simbólico seja percebido na fala deles como por exemplo o reconhecimento da área escolhida ou mesmo o fato de estarem no Brasil, melhorando o português e com a oportunidade de influenciarem nas decisões políticas de seus países no futuro.

Em síntese, os estudantes oriundos do PEC-G, acionam os capitais descritos por Bourdieu para lidarem com as demandas no campo acadêmico, inclusive, adquirindo determinados *habitus* que podem lhes permitir o cumprimento das expectativas de professores e da própria instituição. Consideramos que estar aprovado no Celpe-Bras é um dos requisitos essenciais para adentrarem no ensino superior que muitos, já em solo brasileiro não alcançam. Logicamente o capital econômico também figura como um fator primordial e essa necessidade



pode ser contornada com as bolsas oferecidas pelo governo brasileiro. Contudo, acreditamos que essa constituição dos capitais ocorre em um processo anterior ao ingresso nas IES brasileiras, nas trajetórias dos estudantes, mas que se intensifica no cotidiano acadêmico, conforme demonstramos em nossas investigações (SANTOS, 2019). Passamos na próxima seção para nossas considerações finais.

Considerações finais

Encerramos esse texto enfatizando a importância do PEC-G como uma política pública de cooperação entre o Brasil e países em desenvolvimento, que proporciona, para além da mobilidade física de alunos estrangeiros, a possibilidade de aumento ou apropriação de capitais importantes para a titulação em nível superior. Os processos de globalização culminam na internacionalização do ensino superior e a política se desenvolve em um cenário que não está imune a relações de poder e subordinação. Autores como Boaventura de Sousa Santos (2011) defendem a necessidade de nos engajarmos no anseio por reinvenção de uma universidade do século XXI, em prol da construção de conhecimentos emancipadores e que valorizem as relações Sul-Sul.

É presente em nossas investigações e em outras pesquisas divulgadas a importância do engajamento e troca nas IES brasileiras entre estudantes brasileiros e estrangeiros e o potencial do programa em direção a uma formação intercultural. Tivemos muitos relatos que evidenciaram ganhos nas relações entre brasileiros e estrangeiros no que tange à aprendizagem de outros idiomas, ou mesmo a construção de conhecimentos derivada do contato com o outro e redução do preconceito. É essencial que a internacionalização, para além de proporcionar visibilidade em rankings e posições de prestígio, atue como um potencializador de capacidades humanas e o PEC-G nos fornece uma grande oportunidade para proporcionar esse contato.

Referências

- BIZZON, A.C. *Narrando o exame CELPE-BRAS e o Convênio PEC-G: a construção de territorialidades em tempos de internacionalização*. 2013. 445 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- BOURDIEU, P. Da regra às estratégias. In: BOURDIEU, P. *Coisas ditas*. SP: Brasiliense, 2004.
- BOURDIEU, P. O poder simbólico. Pierre Bourdieu, tradução Fernando Thomaz. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.
- BRASIL. *Decreto nº 7.948, de 12 de março de 2013*. Dispõe sobre o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação - PEC-G. Brasília, DF. 2013. Disponível em:



http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d7948.htm. Acesso em: 12 dez. 2019.

CABRAL, F.M.A. *Os estudantes africanos nas Instituições de Ensino Superior brasileiras: O Programa de Estudante Convênio de Graduação (PEC-G)*. 2015. 204 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR CAPES. *Relatório da Avaliação Quadrienal 2017*. Educação. Diretoria de Avaliação, 2017.

MACEDO, M.S.A.N.; BARROSO, N.P. Práticas de letramento acadêmico de estudantes-convênio de graduação: uma análise das relações entre língua e identidade. *Revista Brasileira de Pedagogia*, Brasília. v. 91. n. 229. pp. 604-621. 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO MEC. *CELPE-Bras*. Ministério da Educação. 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/celpe-bras>. Acesso em: 11 dez. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO MEC. *Manual do Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G)*. Brasília, 2000. Disponível em: http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/docs/Manual_do_Estudante-Convenio_PT.pdf. Acesso em: 07 dez. 2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Programa de estudantes-convênio de graduação. Divisão de Assuntos Educacionais (DCE)*. Histórico do Programa: Introdução. Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico/introducao.php>. Acesso em: 04 dez. 2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Programa de estudantes-convênio de Pós-Graduação – PEC-PG*. Divisão de Assuntos Educacionais (DCE). Histórico do Programa: Introdução. Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PG/historico.php>. Acesso em: 16 dez. 2019.

SANTOS, P.A.D.G.C. *Letramento Acadêmico e Estratégias de Estudantes Estrangeiros da UFSJ*. 2019. 239 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Processos Socioeducativos e Práticas Escolares, Universidade Federal de São João del Rei, São João del Rei, 2019.

SOUSA SANTOS, B. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. São Paulo: Cortez, 3 ed. 2011. (Coleção questões da nossa época, v. 11).

2021 Coloque em sua Agenda
Vou pra Sorocaba - SP

FOI MARAVILHOSO CONTAR COM VOCÊS EM NOSSO EVENTO – AINDA QUE DE FORMA REMOTA. ESPERAMOS VOCÊS NO II COLÓQUIOS DE 25 A 28 DE MAIO DE 2021.

II COLÓQUIOS DE POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

Equidade social na educação brasileira

25 a 28 de maio de 2021



<https://doity.com.br/ii-colquios-de-politicas-e-gesto-da-educacao>

Informações:

geplageufscar@gmail.com

What



<https://doity.com.br/ii-colquios-de-politicas-e-gesto-da-educacao>